

O PAPEL DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NA LUTA CONTRA A MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELO CAPITAL

The role of the Program of Acquisition of Foods (PAA) in the fight against the monopolization of the territory for the capital

Marco Aurélio da Silva Arlindo*
Rosemeire Aparecida de Almeida**

***Universidade Estadual de Londrina - UEL / Londrina, Paraná**
m.marcoarelio@gmail.com

****Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS / Três Lagoas, Mato Grosso do Sul**
raaalm@gmail.com

RESUMO

O trabalho analisa o papel e a importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na luta dos camponeses, no Assentamento Primavera II (Mirandópolis, SP), contra sujeição da renda da terra que ocorre via monopolização do território pelo capital. Para isso, analisamos os caminhos de flexibilidade da comercialização, no caso em questão a venda da produção dos assentados ao PAA e a contribuição deste canal de comércio no processo de luta pela permanência na terra. A luz dos pressupostos teórico-metodológicos dos estudos da Questão Agrária brasileira realizamos trabalhos de campo, em que foram visitados 48 sítios. O trabalho conta, também, com informações obtidas em associações e em sites do governo, a saber: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). No desenvolvimento do trabalho, utilizamos como principal caminho metodológico as fontes orais, pois entendemos os camponeses assentados como sujeitos, que constroem suas próprias histórias.

Palavras-chave: Monopolização do Território pelo capital. Campesinato. Assentamento. Comercialização. Programa de Aquisição de Alimentos.

ABSTRACT

The study analyzes the major importance of the Acquisition Program for Food (Portuguese abbreviated: PAA), the struggle of the farmers from the Farming Settlement Spring II (Mirandópolis, SP) against the subjection of the land income, by monopolizing the capital's territory. For this, it's been analyzed the commercialization flexibility, emphasis in the selling index from the products to the Brazilian Federal Program of Acquisition for food (PAA), and its contribution to the tough process of settling on land. The main idea from the Theoretical-methodological presupposition on the studies of the Brazilian Agrarian Subject, we followed in focus as field work, visiting 48 ranches. This study also gained information with Associations, and with the official Government web pages: Ministry of Agrarian Development (MDA), Ministry of Social Development and Hunger (MSD), Nation Company of Provisioning (CONAB). In the development of the study, it was used as a main methodological approach the oral sources, because we understood the settled farmers as subject, which built their own lives.

Keywords: Monopolization of the Territory by Capital. Peasantry. Settlement. Commercialization. Food Acquisition Program.

1 INTRODUÇÃO

Após o Impeachment de 2016, que culminou com o afastamento da presidenta eleita em 2014, Dilma Rousseff, o Brasil vive uma avalanche de perdas de direitos fundamentais. Essa incerteza que presenciamos, fruto de um Golpe Parlamentar, afunda o país em uma crise política, econômica e social. Diante dessa situação delicada da democracia nacional, torna-se necessário enfatizar a importância das políticas públicas; em especial aquelas desenvolvidas a atender a agricultura familiar; visto essa ser responsável, segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA, 2016) ¹, por produzir 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros.

Dentre os retrocessos, citamos a exclusão do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), e a transferência de secretarias² da Reforma Agrária e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para a Casa Civil, sob o decreto 8865³, de setembro de 2016. O fim do plano safra 2016/2017 assinado em maio, que previa 30 bilhões para a agricultura familiar, também faz parte desse conjunto de barbárie pós Impeachment de 2016. Essas mudanças afetam diretamente as políticas de Reforma Agrária, assim como os programas de assistência aos Projetos de Assentamentos Rurais.

Diante desse cenário, o trabalho visa analisar e enfatizar o papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na luta pela permanência na terra, dos camponeses assentados. Entendemos que o PAA, política pública do Governo Federal, tem contribuído com a territorialização dos camponeses, isto é, com a permanência do assentado no sítio. Por isso, sua análise é realizada no cerne da resistência camponesa, enfatizando sua importância na luta contra a sujeição da renda da terra, via monopolização do território, pelo capital.

Segundo Carvalho (2014, p.2), as políticas públicas sociais, “ditas compensatórias”, contribuem com a “subalternidade” do camponês ao capital. Suas ações realizam “um processo seletivo que consolida e privilegia os mais aptos economicamente, sejam eles capitalistas sejam camponeses, sem contribuir para romper com a subalternidade dos camponeses em relação ao capital”.

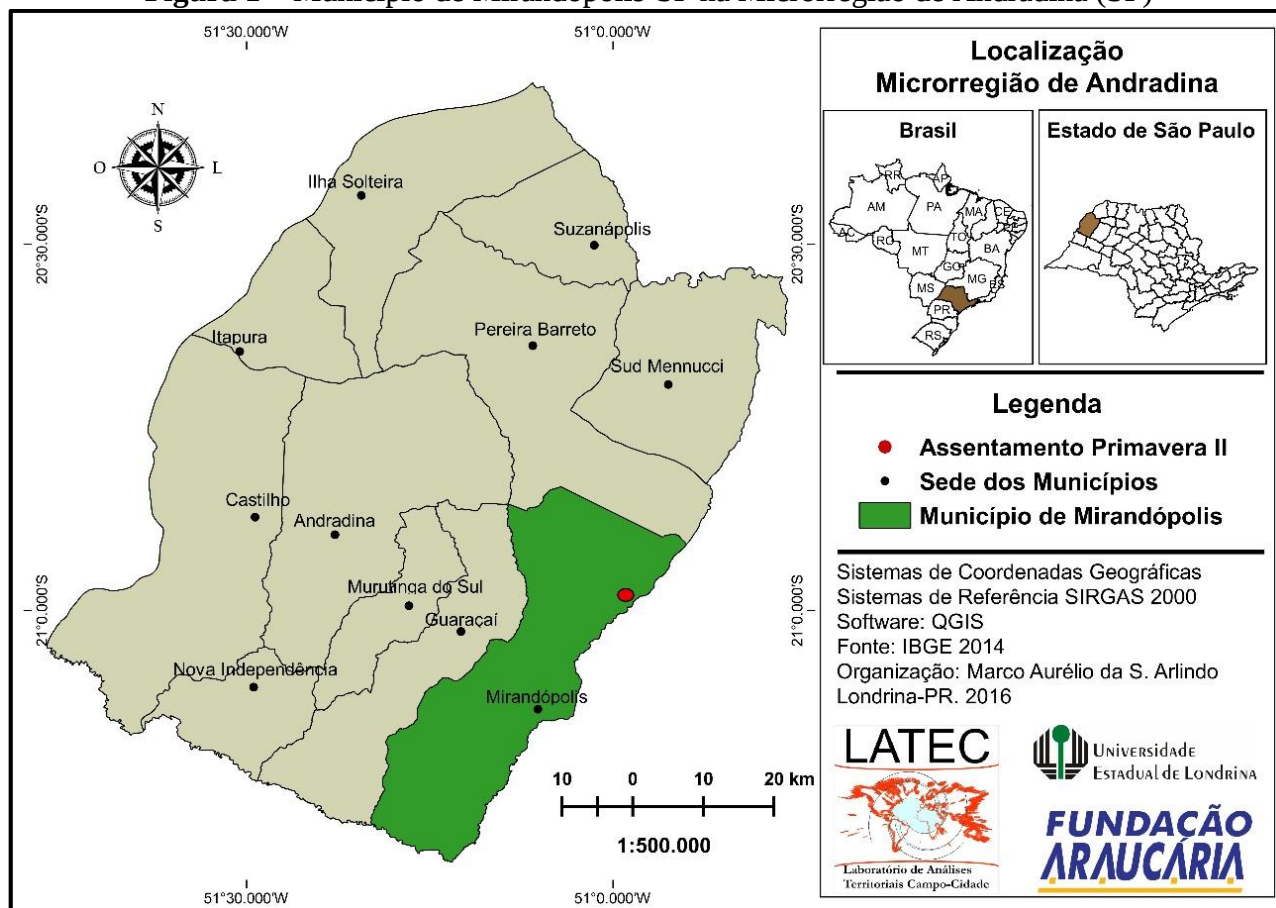
Concordamos que as políticas sociais, voltadas aos assentamentos, não rompem com a subalternidade do camponês ao capital. Entretanto, não podemos negar que, algumas delas, como o PAA, têm contribuído diretamente com a reprodução do campesinato. Nesse sentido, o trabalho também busca apreender como os camponeses assentados têm se desviado dos bloqueios causados pela monopolização do território. Para isso, analisamos as formas de comercialização, evidenciando uma flexibilidade dos camponeses assentados ante esse processo, principalmente a partir da participação, via associação, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Para compreender a luta do campesinato contra a monopolização do território pelo capital, assim como o papel do PAA nesse processo, o trabalho se alicerça nos pressupostos teórico-metodológicos dos estudos da Questão Agrária brasileira, entendendo o campesinato como classe que nasce e se reproduz no desenvolvimento contraditório do capital. Assim, destacamos as análises de Oliveira (2004, 2010 e 2012), sobre a monopolização do território pelo capital, e de Martins (1981), a respeito da sujeição da renda da terra ao capital. À luz dessa perspectiva teórica, analisamos o processo de venda da produção camponesa em 48 sítios do Projeto de Assentamento Primavera II; entendendo, assim, o processo de resistência nas frações do território dominado pelos camponeses.

O Assentamento Primavera II é composto por 105 famílias e está situado no município de Mirandópolis⁴, Microrregião de Andradina (SP) (Figura 1). Cada lote tem, em média, 12 hectares. Os 105 lotes do assentamento situam-se às margens do córrego Água Fria, afluente do Rio Tietê, a uma distância da cidade de Mirandópolis de, aproximadamente, 28 quilômetros, sendo 18 quilômetros de estrada de chão batido, em más condições, sobretudo nas épocas de chuvas. O assentamento possui área de 1.767,068 hectares, incluindo lotes, reservas, estradas vicinais, Área de Preservação Permanente (APP) e as sedes. As famílias camponesas ficaram acampadas por 4 anos e 3 meses, no período de abril de 2003 a julho de 2007.

O Projeto de Assentamento Primavera II está dividido em três núcleos; sendo que, o Núcleo 1 e o Núcleo 2 estão situados geograficamente no município de Mirandópolis (SP), e o Núcleo 3 no município de Lavínia (SP). Assim sendo, cabe esclarecer que, as 48 entrevistas foram realizadas nos núcleos 1 e 2, ambos, localizados no município de Mirandópolis (SP).

Figura 1 – Município de Mirandópolis-SP na Microrregião de Andradina (SP)



Fonte: IBGE, 2017.

Além do trabalho de campo no assentamento, realizado entre janeiro de 2014 e março de 2015, a pesquisa consta com dados adquiridos em associações e em sites do governo, como: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Para entender o papel do PAA nesse processo de luta contra a monopolização do território pelo capital, adotamos, como caminho, entrevistas com fontes orais, reconhecendo, assim, os camponeses assentados como sujeitos de suas próprias histórias. Por isso, entendemos ser fundamental, na análise, ouvir e registrar a voz dos protagonistas desse processo, apreendendo, por meio das entrevistas⁵ transcritas, os caminhos e descaminhos da luta.

De acordo com Portelli (1997, p. 27), as fontes orais nos fornecem informações importantes sobre o povo “iletrado” ou de grupos sociais não hegemônicos, como os camponeses, considerando que suas experiências de vida e cultura (concretas e simbólicas) foram ocultadas da história escrita contada pela classe hegemônica. Dessa forma, entendemos as fontes orais essenciais para apreender as experiências das lutas camponesas.

No trilhar de luta e resistência, travada na construção do território camponês, foram desenvolvidas, no Assentamento Primavera II, algumas práticas de resistências, entre elas: a produção para o autoconsumo, a policultura, as relações pré-existentes entre os assentados, como, a solidariedade entre vizinhos, a autonomia do trabalho (controle do tempo/espaço, sempre relativo) e

as parcerias entre os assentados. Todavia, é importante enfatizar, que o trabalho em questão, analisa especificamente o papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na luta dos assentados para permanecer na terra enquanto camponês, fugindo das amarras da monopolização do capital.

2 MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELO CAPITAL

Com a conquista da terra, a luta dos camponeses, no assentamento, é para não ser expropriado, assim como, para escapar, mesmo que parcialmente, da monopolização do território pelo capital. Esse controle e domínio do território pelo capital tem como centralidade sujeitar a renda da terra contida na produção camponesa, e é desenvolvida:

[...] pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo (OLIVEIRA, 2012, p. 10).

Esse processo, analisado por Oliveira (2012), é praticado pelo capital comercial, industrial e financeiro, sujeitando a agricultura aos seus interesses, controlando a produção dos camponeses e capitalistas do campo, assim como, os consumidores, por meio do controle dos preços no mercado. Ao contrário da territorialização do capital, que ocorre nas atividades agrícolas lucrativas (exemplo o setor de celulose e sucroalcooleiro), a monopolização do território pelo capital ocorre, em grande parte, nas atividades agrícolas menos rentáveis, geralmente aquelas destinadas à produção de alimentos de consumo interno, sendo essas, produzidas essencialmente pelos camponeses. Devido a isso, o capital cria meios para extrair a renda da terra, monopolizando o território, controlando a comercialização e a circulação das mercadorias.

A extração da renda da terra não se restringe apenas ao controle e à circulação da mercadoria camponesa, ou seja, “esse setor não está só na comercialização, ele é parte do conjunto dos processos econômicos a que os lavradores estão submetidos” (OLIVEIRA, 2010, p. 25). Sendo assim, além do destacado, há outros meios de apropriação da renda da terra; sendo eles: a ação do capital financeiro, por meio dos empréstimos, e o controle do preço dos insumos agrícolas pelas indústrias. Assim sendo, a monopolização do território revela que estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. Ao analisar esse processo, Martins (1981, p.175) enfatizou que:

[...] O capital tem se apropriado diretamente de grandes propriedades ou promovido a sua formação em setores econômicos do campo em que a renda da terra é alta, como no caso da cana, da soja, da pecuária de corte. Onde a renda é baixa, como no caso dos setores de alimentos de consumo interno generalizado [...], o capital não se torna proprietário da terra, mas cria as condições para extrair o excedente econômico [...].

Entendemos que o sentido da monopolização do território encontra-se na sujeição da renda da terra ao capital, ocorrendo, principalmente nas unidades de produção nas quais predominam as relações não-capitalistas, setores onde a renda da terra é baixa. Desse modo, o capitalista extrai o sobre-trabalho do camponês contido em sua produção, objetivando acumular; logo, reproduzindo seu capital, sem, necessariamente, expropriar o camponês.

Para Luxemburg (1976) e Martins (1981), a produção de relações sociais não-capitalistas é importante para o desenvolvimento e expansão do capital; isso porque a reprodução ampliada do capital necessita de uma prévia produção do capital. Daí a importância de se apropriar da renda da terra nas unidades de produção camponesa. Mesmo constituindo processos intrínsecos, não podemos confundir produção do capital e reprodução do capital. Sobre a diferença entre produção e reprodução do capital, Martins (1981, p. 170-171) comentou que:

[...] A produção do capital nunca é capitalista, nunca é produto de produção, baseada pois no capital e no trabalho assalariado. Quando o dinheiro e a riqueza entra nesse último tipo de relação, já não estamos diante da produção capitalista, mas da *reprodução* capitalista do capital. Só a reprodução é capitalista.

Portanto, a produção do capital, realizada por meio da utilização de relações não-capitalistas, é fundamental no processo de reprodução ampliada do capital; por isso, onde o capital não atua extraindo a mais-valia direta do trabalhador, ele procura extrair a renda da terra (mais-valia social). Esse processo evidencia a contradição no desenvolvimento capitalista.

Sobre essa contradição, Luxemburg (1976) afirmou que a realização da mais-valia, mesmo sendo vital, não é o único momento no processo de acumulação do capital. Isso porque o capital cria, também, outras condições para a permanência dessa acumulação. Dentre as condições, o domínio sobre os meios de produção não produzidos pelo capitalismo é de suma importância. Por isso, segundo a autora, a reprodução capitalista necessita dominar a Natureza (Terra) e o Trabalho, ou seja, apropriar-se de todos os meios de produção não produzidos pelo capitalismo. Em suas palavras:

[...] Desde sua origem, o capital impulsionou todos os recursos produtivos do globo. Em seu impulso para a apropriação das forças produtivas para fins de exploração, o capital recorre ao mundo inteiro, tira os meios de produção de todos os cantos da terra, colhendo-os ou adquirindo-os de todos os graus de cultura e formas sociais. (LUXEMBURG, 1976, p.307).

Contudo, o domínio sobre a Natureza (em sua totalidade) e o Trabalho possibilita que o capital se desenvolva. Como o capitalismo é um modo de produzir mais-valia, é de vital importância em seu desenvolvimento, mobilizar todas as forças de trabalho, principalmente aquele que se encontra fora das relações tipicamente capitalista. Diante disso, Luxemburg (1976, p. 308-309), destaca a importância das sociedades não-capitalistas no processo histórico de acumulação do capital. A autora afirma que:

O que propúnhamos deixar claro [...] é o fato de que, *pelo menos*, a mais-valia destinada a capitalização, e a parte do volume de produtos capitalistas que ela corresponde, não podem ser realizadas dentro dos meios capitalistas e, necessariamente, buscam sua clientela fora desses meios, em camadas sociais que não produzam segundo a forma capitalista.

Nessa perspectiva, as sociedades e lugares, à margem da racionalidade capitalista, contribuem diretamente no processo de acumulação. Para se desenvolver plenamente, o processo de reprodução ampliada do capital se nutre de outras relações, além daquelas especificamente capitalistas. Assim, buscam as formas não-capitalistas em mercados externos às relações capitalistas. De acordo com Luxemburg (1976, p.317):

O capitalismo necessita, para a sua própria existência e desenvolvimento, estar cercado por formas de produção não-capitalistas. [...] Necessita de camadas sociais não-capitalistas, como mercado para colocar sua mais-valia, como fonte de meios de produção e como reservatório de mão-de-obra para seu sistema assalariado.

Dessa maneira, o desenvolvimento capitalista ocorre de forma simultânea e contraditória à produção e à reprodução do capital. Entendemos, portanto, que o processo de monopolização do território revela a contradição inerente no desenvolvimento capitalista, dando suporte para a compreensão da questão agrária no Brasil, elucidando, ainda, a contradição do capital, refletida no território enquanto totalidade.

Nesse contexto, compreendemos que o processo de monopolização do território, praticado pelo capital comercial, atinge diretamente os camponeses do Assentamento Primavera II, uma vez que eles necessitam vender parte de sua mercadoria para comprar aquilo que não produzem. Assim, por meio do controle do mercado e da comercialização, o capital tem subordinado os assentados. Eles, por sua vez, criam meios para fugir, mesmo que parcialmente, da sujeição da renda da terra ao capital. Dentre essas práticas, convém destacar a comercialização da produção via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

3 COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NO ASSENTAMENTO

No assentamento, a produção possibilita uma menor dependência em relação ao capital, parte é destinada ao consumo interno e outra destinada à venda. Diante disso, entendemos a venda dos produtos como prática importante e necessária à reprodução do campesinato. No entanto, é importante destacar que a venda e a circulação dos produtos, dos sítios analisados no Assentamento Primavera II, configuram-se numa *produção mercantil simples*, fora da lógica capitalista.

Para Oliveira (1996), a venda da produção camponesa segue a fórmula *Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria (M-D-M)*. Nessa lógica, a troca das mercadorias por dinheiro visa à obtenção de outras mercadorias, como: instrumentos para auxílio no trabalho familiar, compra de produtos dos quais necessitam e não produzem, assim como, remédios, materiais escolares para os filhos etc. Nesse sentido, a fala do Sr. Wilson (Assentado, jan. 2015) é elucidativa: “Com o dinheiro da pimenta eu comprei um trator, e a mulher vai precisar fazer uma cirurgia, já tá pago também. E sobra um pouquinho pra manter a outra roça”. Por outro lado, a lógica de circulação da produção capitalista se dá por meio da fórmula *D-M-D'*, cujo objetivo é o lucro médio, isto é, a acumulação de capital.

Dessa maneira, a relação do camponês com o mercado se apresenta de forma distinta em relação à produção capitalista. Os camponeses do Assentamento Primavera II estão inseridos no mercado pela circulação do seu produto. Todavia, é nesse processo de circulação da mercadoria que o capital tem subordinado a produção dos assentados, sujeitando a renda da terra por meio da monopolização do território.

Cabe lembrar que o camponês, mesmo estando subordinado ao capital, por conta da circulação de sua mercadoria, tem certa autonomia não vivenciada pelos operários, por controlarem, ao mesmo tempo, sua força de trabalho, seu tempo, e principalmente a terra. “[...] Em face dessa especificidade, o campesinato integra o sistema de trocas mercantis por intermédio da venda da sua produção e não do seu trabalho, como fazem os assalariados” (PAULINO, 2006, p. 108). Assim sendo, a venda dos produtos camponeses visa suprir as necessidades da família e do sítio; eles vendem sua produção para comprar de forma direta aquilo que necessitam para viver. Enquanto a produção capitalista visa o lucro, a produção camponesa visa a sobrevivência e o bem-estar da família camponesa.

Apreendemos, portanto, no trabalho de campo, que a produção agrícola camponesa, no Assentamento Primavera II, é comercializada por duas vias: uma relacionada às ações de intermediários, atravessadores, empresas de transportes, estes representantes do capital comercial. Por outro lado, a comercialização está relacionada com a cooperativa, no caso do leite; e com o mercado institucional, representado pelo PAA. Na fala a seguir é possível apreender essas vias de comercialização.

Hoje eu produzo banana, jiló, berinjela, melancia, pimenta, pepino caipira pra comê em casa, abóbora paulista, tudo eu produzo. Eu vendo pro PAA (CONAB), CEASA/SP e cooperativa de Mirandópolis. Tenho essas “três escoação”. (WILSON, Assentado, jan. de 2014).

Mesmo com grandes dificuldades, o Assentamento Primavera II, se destaca pela quantidade e diversidade de sua produção. Essas características têm propiciado, aos camponeses assentados,

alternativas para vender seus produtos. A fala do José Ap. (Assentado, jan. de 2014), é explicativa: “Aqui eu vendo pra CONAB⁶ [PAA], os feirantes tudo pega, a transportadora Nomizo pega também, aqui pra vende as coisas é bom”.

O município de Mirandópolis (SP) não conta com uma feira consolidada com a participação dos assentados. Entretanto, a feira, realizada aos domingos (bairro Centro), às terças (Bairro Nossa Senhora Aparecida) e às sextas (bairro Terceira Aliança), se compõe, em grande parte, pelos produtores tradicionais e, pelos atravessadores, que buscam a produção nos assentamentos⁷.

A ausência de caminhão, necessário para escoar a produção, deixa os produtores do assentamento vulneráveis à monopolização do território pelo capital. Assim, muitos deles, sem alternativa e locais para vender sua produção, veem nos atravessadores a possibilidade de vender seus produtos. Nesse particular, a fala da Dona Nice (Assentada, fev. de 2014) é esclarecedora:

O meu sonho, com a associação, é a gente unir e comprar um caminhão, pra gente mesmo começar a transportar as mercadorias. Eu não sonho nem com o trator, porque eu posso paga uma pessoa pra vim aqui, mas o caminhão, eu queria ter o caminhão aqui, pra gente tá trabalhando e também tá transportando a mercadoria da gente. Se você paga o frete, você sabe que pagou aquele "X" daquele caminhão, e você sabe o que vende lá é seu, não tem que dividir com ninguém.

Os intermediários e atravessadores, representantes do capital comercial, buscam no assentamento a produção, distribuindo nos mercados locais e regionais, assim como vendendo a produção nas feiras da região. Como salientamos, a ausência de meios para vender diretamente tem facilitado a ação desses agentes que, na maior parte dos casos, são donos dos caminhões. Esses agentes, denominados de atravessadores e intermediários, são conhecidos, também, pelos assentados, como “*Pipoqueiro*”. A expressão pode ser observada na fala do José (Assentado, jan. de 2014): “Vem muito pipoqueiro aqui, vem um de Presidente Prudente, já vendi pimenta pra ele. Ele enche o caminhãozinho de uma coisa, de outra, de abóbora menina, paulistinha, mandioca, vagem”.

É por meio desses agentes que o capital subjuga a produção dos camponeses no assentamento, apropriando-se de grande parcela do excedente econômico do camponês, contido em sua produção. Esse processo resulta na transferência da renda da terra dos assentados ao capital comercial. Além dos atravessadores, ou dos “*Pipoqueiros*”, a produção camponesa é comprada pelas transportadoras, cujo papel é efetuar a intermediação entre o assentamento e as Centrais de Abastecimento de Alimentos (CEASA). A empresa Nomizo cumpre esse papel no assentamento e é responsável por adquirir a produção e levá-la à Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP).

Muitas vezes, essa intermediação entre os centros de abastecimento e o assentamento é feita pelo próprio atravessador, que leva a produção para as Centrais de Abastecimento de Alimentos, de Araçatuba (SP) e de Presidente Prudente (SP).

Segundo Oliveira (2010), os CEASAs constituem espaços importantes no processo de sujeição da renda da terra dos pequenos agricultores ao capital. Para o autor, esse espaço, que tem garantido a transferência da renda da terra ao capital, é criado pelo próprio Estado: “[...]. Aí o capital comercial se instala confortavelmente subsidiado pelo Estado que lhe constrói toda infraestrutura necessária. [...]” (OLIVEIRA, 2010, p.24). Dentre os representantes do capital comercial, as transportadoras (representantes dos CEASAs) têm subjugado com eficácia a produção camponesa no assentamento.

Nessa relação comercial, muitas vezes, o assentado fica com todo o ônus do transporte, já que o frete é de sua responsabilidade. Outra questão importante nessa relação é a forma da venda, sendo ela consignada. Assim, o assentado entrega sua produção sem saber o quanto vai receber e, muitas vezes, o dinheiro da venda não paga nem a caixa, que é paga também por ele. Dessa maneira, a riqueza produzida pelos camponeses, na maior parte das vezes, vai se realizar nas mãos de outros,

ficando para ele o ônus da produção. A fala da Dona Nice (Assentada, fev. de 2014), evidencia essa relação com os CEASAs:

Esses dias veio o J. ali das Alianças, comprou pra vender no CEASA de Araçatuba-SP, tem o K. de Lavínia-SP que também andou levando pra vender. Agora o jiló nós vende pra eles também, mas a maioria, o Nomizo leva pra São Paulo. O CEASA de São Paulo não é uma coisa de confiança. Você acha que o preço tá lá em cima. Você manda a primeira vez, o preço tá lá em cima, aí vai começando, mando as outras, o preço cai lá embaixo, às vezes fica até devendo. O INCRA fala que nós tem que tirar os atravessador, mas nossa salvação aqui é o atravessador. A CONAB mesmo só pega na terça-feira, se você plantar um quiabo como é que você vai esperar de uma terça pra outra terça, o quiabo cresce e já não presta mais. Então sempre vai te esse atravessador no meio, não vai ter jeito.

Essa fala é reveladora, pois, ao mesmo tempo que expõe as artimanhas dos CEASAs para extrair a renda da terra, mostra a dependência dos assentados em relação aos atravessadores, pois para muitos, o único caminho para vender a produção tem sido o atravessador.

Diante desse cenário, compreendemos que a monopolização do território pelo capital tem se apresentado no assentamento por meio dos atravessadores e pelas empresas de transportes atacadistas. Nesse processo, ambos drenam a riqueza gerada pelo trabalho camponês, restando a ele uma pequena parcela. Essa parte, porém, na maioria das vezes, não cobre nem o custo da produção, mesmo esse custo sendo baixo.

A relação (injusta) dos assentados com os atravessadores se apresenta de forma contraditória, pois, mesmo reconhecendo a importância dos atravessadores (e outros intermediários), como possibilidade de venda da produção, os assentados conseguem perceber que, nesse processo o “[...] atravessador ganha bastante com isso aí”:

Diretamente do produtor para o consumidor, isso aí é bonito, não tem atravessador. Eu mesmo levar, é diretamente do produtor para o consumidor, não tem atravessador. Através disso o atravessador vive louco, pra vê se destrói você pra não fazer isso. Ele vem aqui, compra um pouco a mais meu, pra não ir lá levar. [...] ele vem aqui, paga a mais pra mim, pra não ir lá e ele tomar a frente lá. Atravessador ganha bastante com isso aí. (WILSON, Assentado, jan. de 2014).

Esse mecanismo do capital comercial para abocanhar a renda da terra é compreendido pelo próprio camponês assentado e, nesse sentido, a fala do Sr. Wilson é explicativa. Essa percepção se torna possível porque o camponês acompanha todas as etapas da produção; assim, ele consegue acompanhar o processo de produção e o resultado do seu próprio trabalho; por isso, entende essa relação como injusta, pois o atravessador “ganha bastante” nesse processo.

Para fugir das ações dos atravessadores e defender o máximo da renda possível, os assentados procuram outras formas de comercializar seus produtos, não se submetendo apenas às armadilhas do capital comercial. Dessa forma, observamos que, além da venda aos atravessadores e intermediários (ambos agentes do capital comercial), os assentados também comercializam parcelas de sua produção para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); e, no caso do Leite, para a Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo (COAPAR).

Na Tabela 1, é possível visualizar as formas de comercialização das famílias. Assim, das 48 famílias visitadas, na visita à campo, apenas 13 não vendem sua produção para o PAA. Desse grupo de assentados, seis comercializam somente o leite, vendendo para COAPAR; quatro entregam sua produção para os atravessadores (ou intermediários); e 3 famílias não comercializam. Isso nos permitiu observar uma grande inserção das famílias na comercialização de seus produtos via PAA, sendo que 35 famílias (72%) acessam essa política pública do Governo Federal.

Tabela 1 – Comercialização das famílias visitas – Assentamento Primavera II

Formas de Comercialização	Famílias
PAA	5
COAPAR	6
Atravessador	4
PAA e Atravessador	11
PAA, COAPAR e Atravessador	19
Não Comercializam	3
Total	48

Fonte: Trabalho de campo 2014/2015 – Organizado pelo autor.

Desse modo, entendemos essas alternativas, na comercialização, como estratégias dos assentados para fugir das ações dos atravessadores. Esse processo revela uma flexibilidade no processo de venda da produção, visto que, além dos atravessadores, os assentados vendem para o PAA e para a COAPAR. Como já informado, apenas quatro das famílias visitadas vendiam sua produção apenas aos atravessadores. Por outro lado, 85% (41) das famílias analisadas comercializam para o PAA ou para a COAPAR.

A venda da produção camponesa ao PAA e à COAPAR tem diminuído a sujeição da renda da terra ao capital, por isso, essa flexibilidade é entendida como prática de resistência. Para Shanin (2008), que tem se dedicado aos estudos do modo de vida do camponato, a flexibilidade é uma resposta às situações difíceis, e tem contribuído para sua reprodução social. Nas palavras do autor:

[...] podemos concluir que a resposta do camponato às situações de crise nas quais eles são submetidos é sobretudo complexa e eles não ficam esperando que alguém traga a solução. As soluções encontradas para o problema de como permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis, inventivas e criativas. Camponeses têm provado ser extremamente resilientes e criativos em situações de crise e não há uma forma simplista para descrever isso (SHANIN, 2008, p.25).

Ressaltamos que as várias formas de comercialização são consequência da diversidade na produção, sendo de fundamental importância na reprodução da família camponesa. Para o Sr. José M. (Assentado, fev. de 2014): “[...] dentro do assentamento você tem que ter diversidade, não adianta você fica só na agricultura, você precisa ter o leite também. Ter leite e agricultura” Nesse sentido, tanto a venda da agricultura para o PAA quanto o leite para a COAPAR têm como objetivo fugir do processo de monopolização do território, mesmo que parcialmente.

A Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo (COAPAR):

[...] foi criada em dezembro de 2000 por um grupo de 24 famílias de assentados da região, conta hoje com 600 famílias cooperadas provenientes de 19 assentamentos localizados nos municípios de Andradina, Castilho, Mirandópolis, Itapura, Ilha Solteira, Guaraçá e Pereira Barreto. (LOPES, 2012, p.73).

A criação da COAPAR constitui exemplo da luta dos camponeses da região, para fugir das amarras do capital comercial e industrial, visto que ela (a luta) visa eliminar as ações dos atravessadores e das multinacionais, como a Nestlé, possibilitando aos agricultores camponeses se apropriar de uma parcela maior da renda. É importante destacar que a atividade leiteira, principalmente nos pequenos estabelecimentos, tem sido alvo dos mecanismos de monopolização do território pelo capital. Segundo Oliveira (2010, p. 31), a pecuária leiteira, no Brasil, está praticamente

dominada pelo capital industrial. Portanto, para minimizar essa dependência, o MST, da região de Andradina (SP), criou a COAPAR.

Na época que se criou a COAPAR, a Nestlé dominava a comercialização do leite na região e esta empresa começou a financiar a aquisição dos tanques, mas seus valores eram descontados nos ganhos dos produtores. E devido ao seu alto valor passou a comprometer quase que a metade da renda dos camponeses, logo foi neste contexto de exploração da renda dos produtores da região que se criou a cooperativa. Além de buscar cumprir as exigências sanitárias de qualidade do Ministério da Agricultura, o objetivo da COAPAR foi também o de tentar eliminar a figura dos intermediários presentes nas indústrias, que agem no sentido de sujeitar ao máximo a renda camponesa. (LOPES, 2012, p.75).

A COOPAR é, também, resultado da luta dos camponeses que, por intermédio do MST, na região, tem adotado “uma política de incentivo à formação de cooperativas como forma de melhorar as condições de vida e permanência dos assentados na terra” (LOPES, 2012, p. 74). Nesse sentido, a cooperativa instalou três tanques de resfriamento de leite no Assentamento Primavera II.

Diante desse contexto, analisamos, a partir do sujeito, a comercialização dos assentados via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e como esse programa tem contribuído no processo de territorialização dos camponeses, assim como na luta contra a monopolização do território pelo capital.

4 O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA): NA PERSPECTIVA DO SUJEITO

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem sido fundamental na luta dos camponeses do Assentamento Primavera II contra a monopolização do território pelo capital; por isso, nós o analisamos no cerne da resistência camponesa, elucidando sua importância no processo de reprodução social do camponês. Vale ressaltar que o PAA foi fundamental na formação do Mercado Institucional de Alimentos⁸, constituindo-se política pública voltada à agricultura familiar. No Mercado Institucional, o governo é o único comprador e o objetivo é atender à demanda dos programas, como o PAA.

O PAA⁹, criado em 2003, tem como objetivo incentivar a agricultura familiar, assim como enfrentar a miséria e a fome no Brasil. Desse modo,

[...] o Programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede sócio assistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino (MDS, 2018)¹⁰.

Essa política pública é gerenciada por um Grupo de Gestor (GGPAA) formado pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda, e da Educação; sua operacionalização é feita pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), em parceria com os Estados e os municípios. Assim, o programa é coordenado por vários órgãos da sociedade civil e acompanhado pelo Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA).

A CONAB, responsável pela operacionalização do PAA, divide o programa em várias modalidades, sendo os recursos oriundos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Dessa maneira, os camponeses do Assentamento Primavera II comercializam sua produção, ao PAA, pela modalidade¹¹ *Compra da*

Agricultura Familiar para Doação Simultânea, com recurso proveniente do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

A comercialização da agricultura camponesa via Mercado Institucional é bastante recente, no entanto, seus resultados têm sido expressivos. No município de Mirandópolis (SP), essa forma de comercialização teve seu início no ano de 2009. Ao analisarmos o Quadro 1, notamos um crescimento do número de assentados participantes do PAA.

Quadro 1 – Mirandópolis (SP): Assentados participantes no PAA de 2009 a 2014

Ano	Nº de Assentados	Valor em R\$
2009	53	161.999,15
2010	X	X
2011	63	266.489,41
2012	63	266.489,74
2013	61	378.198,74
2014	113	721.000,00

Fonte: CONAB, 2016.

Ao compararmos o total de participantes, em 2014, com o total de assentados nos municípios que é de 468 assentados¹², veremos que apenas 24,1% acessam esse Programa. Mesmo reconhecendo a importância dele, entendemos que a burocracia para o acesso tem limitado a inserção de mais assentados. Portanto, a participação no PAA reforçou a necessidade de os assentados se organizarem, formando associações.

Como consta no site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS): “Para participar da Compra com Doação Simultânea pela CONAB, os agricultores familiares devem estar organizados em cooperativas ou associações. Essas organizações precisam encaminhar Proposta de Participação à CONAB”. Dessa forma, a inserção nesse Programa, pelos assentados do Assentamento Primavera II, ocorre por meio das Associações, sendo elas: Associação Oriente dos Produtores Rurais do Assentamento Primavera (AOPRAP) e a Associação de Produtores Assentados da Água Fria (APRAF).

Ambas as associações foram formadas pelos assentados na intenção de comercializar sua produção, via PAA, e fugir aos poucos das ações dos atravessadores. A fala de uma assentada mostra isso muito bem: “A gente abriu a associação em busca de ajudar o produtor, porque tava todo mundo sofrendo. Vendia pro atravessador, era bom também porque a gente vendia, mas não é o preço da CONAB” (SILVANI, Assentada, Jan. de 2014).

Além de estarem organizados em associações, os produtores devem apresentar a Declaração de Aptidão do PRONAF (DAP), só assim podem participar dessa modalidade. Portanto, cabe à associação encaminhar a proposta à CONAB, após a chamada pública. A Associação de Produtores Assentados da Água Fria (APRAF) foi formada em 2012, e conta com 10 assentados, todos do Assentamento Primavera II. No entanto, seu primeiro projeto do PAA só foi aprovado em 2014.

Notamos, no Quadro 2, que a APRAF, em seu primeiro projeto, entregou, em 2014, para a CONAB, 36.537 kg de produtos e, assim, a associação faturou R\$ 62.000,00, valor dividido entre os dez associados.

Chama-nos a atenção, no Quadro 2, a diversidade dos produtos entregues. O Sr. Cícero é um dos dez assentados associados à APRAF e, mediante sua fala, entendemos a importância do PAA:

Hoje eu produzo de tudo um pouco, banana, feijão gurutuba, limão, jiló, abobrinha, quiabo [...]. Agora, com esse projeto da CONAB já facilita mais. Eu por exemplo, o meu projeto da CONAB, eu já fechei, numa etapa, rapidinho, num prazo de 45 dias eu já fechei o projeto. Eu tenho muita mercadoria, tenho uma alqueire e pouco de banana, tem muita banana madurando no pé. Você vai lá no bananal tem banana a rodo, tudo madurando, quer dizer não tem comércio, o comércio é muito pouco. E o

que a CONAB oferece hoje é pouco também. R\$6200,00 não dá pra nada, rapidinho você fecha o projeto, a gente tem muita mercadoria. (CÍCERO, Assentado, Fev. 2014).

Quadro 2 – APRAF - Venda para o PAA, 2014

Produtos	Quantidade em Kg
Abóbora Paulista	5.285
Abóbora Seca	180
Abobrinha Brasileira	1.085
Banana Maçã	2.867
Batata Doce	1.790
Berinjela	4.051
Beterraba	402
Cenoura	380
Coco Verde	2.000
Feijão Comum	500
Jiló Redondo	8.325
Maxixe	50
Melancia	624
Pepino Japonês	400
Pimentão Verde	300
Quiabo	2.311
Raiz De Mandioca Com Casca	5.773
Tomate Cereja	214
Total	36.537
Valor pago a APRAF	R\$62.000,00

Fonte: CONAB, 2015. Transparência Pública do PAA Programa de Aquisição de Alimentos. Org. pelo autor.

Chamou-nos a atenção, também, no trabalho de campo, a elevada produtividade e diversidade da produção de alguns assentados, questão possível de ser verificada na fala do Sr. Cícero. Outra questão relevante e recorrente, em várias falas, é a rapidez no fechamento do projeto. Cada assentado possui uma cota por ano, sendo, em 2014, de R\$ 6.200,00¹³ para cada produtor, porém, a venda ao PAA não pode passar do valor. Devido ao alto índice de produção, muitos assentados atingem o valor em pouco tempo, dois, três meses, e já não podem mais entregar à CONAB, ficando vulneráveis às ações dos atravessadores. Essa questão pode ser verificada na fala a seguir.

Se for pra mim fechar, é que eu fico regulando, mas eu fecho rapidinho. Eu fico mandando mercadoria pro CEASA, porque se não fecha rapidinho. É duas, três, mandada você fecha. Pra você ter uma ideia, eu colhi 135 saco de feijão agora no final do ano. Ai se eu mandar pra CONAB ele pega preço de R\$40,00 a caixa. Eu mandei para o CEASA pego faixa de R\$28,00. Mas eu tinha que mandar pro CEASA, porque se eu mandasse pra CONAB fechava a cota, e eu ficava com o feijão mesma coisa. Aí eu deixei pra banana, que a banana no CEASA é bem mais barata. Lá sai 30 livre. Então tem que deixar pra lá. Foi a melhor coisa que aconteceu, se tivesse desde o começo tinha ajudado bem (FLORDENICE, Assentada, fev. de 2014).

Para não fechar a cota do projeto rapidamente, muitos assentados procuram vender a produção, parte para a CONAB e parte para atravessadores. Desse modo, eles garantem a venda o ano todo. Esse processo, também elucida a flexibilidade dos camponeses, apontada por Shanin (2008), sendo característica do seu modo de vida.

Ainda sobre a cota do PAA, a fala do Sr. Aparecido (Assentado, jan. de 2014) é importante: “Tem aquele limite, chega aquele limite se as vezes tem a mercadoria você tem que parar, mesmo tendo mercadoria. Aí você tem que procurar um atravessador qualquer”. Devido a esse teto imposto pela CONAB, os assentados ainda continuam vendendo para os atravessadores.

Ao contrário da APRAF, a Associação Oriente dos Produtores Rurais, do Assentamento Primavera (AOPRAP), teve seu primeiro projeto aceito em 2011, e se encontra, atualmente, mais consolidada, evidenciando a importância da Associação. Nesse particular, a fala de uma assentada, a seguir, é importante.

Nós tem o projeto desde 2011, a associação nossa fez o projeto em 2011, fez 2012, fizemos em 2013, e já colocamos um na CONAB em 2014. Vem aumentando cada dia mais. Se a gente não montasse a associação, a gente não tava vendendo. Porque querendo ou não são R\$6.200 que o governo manda, e o pessoal fecha rapidão o projeto, porque tem produção. Nós começou vendendo o projeto, dentro de sete semana teve pessoas que pegou quase 5 mil (SILVANI, Assentada, jan. de 2014).

Em 2014, a Associação Oriente dos Produtores Rurais, do Assentamento Primavera (AOPRAP), registrou 26 associados, todos assentados. Entretanto, os associados não se restringem apenas ao Assentamento Primavera II, ou seja, esse grupo de associados é composto por assentados do Assentamento Primavera II e do Assentamento São Lucas, ambos localizados no bairro rural da Terceira Aliança. Portanto, das 48 famílias visitadas no Assentamento Primavera II, 10 eram filiadas à APRAF, 21 à AOPRAP e 17 não eram filiadas a nenhuma associação.

A AOPRAP foi criada para viabilizar a comercialização entre os assentados e a CONAB, dessa maneira, a associação monta os projetos e encaminha à CONAB. Participaram do projeto, em 2014, 167 agricultores familiares; sendo 99 assentados (dos assentamentos Primavera II e São Lucas), e 66 produtores tradicionais, do município de Mirandópolis (SP) e região. Devido a isso, a AOPRAP divide o projeto em dois, sendo um composto por agricultores familiares tradicionais e, o outro, somente com os assentados. Por meio do Quadro 3, observamos apenas a produção dos assentados participantes dos projetos.

Assim como a produção dos associados da APRAF, chama a atenção, no Quadro 3, a diversidade dos produtos e a quantidade entregues à CONAB, pela AOPRAP, em 2014, sendo, ao todo, 282.092 kg de produtos. Desse modo, a associação faturou R\$ 656.500,00, dividido em 99 assentados.

Quadro 3 – AOPRAP - Venda para o PAA, 2014

Produtos	Quantidade em Kg
Abacaxi Havaí	2.320
Abóbora Paulista	41.952
Abóbora Seca	7.052
Abobrinha Brasileira	4.482
Abobrinha Italiana	1.181
Acerola	2.468
Alface Lisa	2.393
Banana Maçã	43.143
Berinjela	17.959
Coco Verde	2.171
Goiaba Vermelha	2.219
Jiló Redondo	18.014
Limão Taiti	4.776
Mamão Formosa	2.305
Manga Hadem	1.787

Manga Keity	1.395
Manga Palmer	1.408
Manga Tommy Atkins	7.793
Melancia	10.460
Milho (Em Espiga Com Palha, Verde)	950
Pepino Japonês	5.131
Pimenta Cambuci	1.681
Pimentão Verde	1.812
Quiabo	1.907
Raiz De Mandioca (A Vácuo, Sem Casca)	1.251
Raiz De Mandioca (Com Casca)	57.281
Tomate	2.008
Vagem (Feijão Corado)	23.651
Outros	11.142
Total	282.092
Valor Pago A AOPRAP	R\$656.500,00

Fonte: CONAB, 2015. Transparência Pública do PAA Programa de Aquisição de Alimentos. Org. pelo autor.

Para viabilizar a venda à CONAB, a AOPRAP alugou um barracão, na cidade de Mirandópolis (SP), o que permite que a própria associação se encarregue de buscar a produção no assentamento e levá-la ao barracão, onde é fiscalizada por funcionários da prefeitura, representantes de bairros e instituições beneficiadas.

Até 2013, a entrega era feita diretamente às entidades beneficiadas pela própria associação. Contudo, a partir de 2013, a distribuição passou a ser responsabilidade da prefeitura municipal. A prefeitura, representada pelo fundo social, é também encarregada de cadastrar as pessoas beneficiadas. Sendo assim, o Fundo Municipal de Assistência Social de Mirandópolis (FMAS) estabeleceu um critério de até dois salários mínimos para as famílias que serão beneficiadas com o Programa.

A Figura 2 ilustra os produtos no barracão da AOPRAP, antes da distribuição até as entidades. Além do barracão, é possível notar variedades dos produtos, como, manga e abacate, banana, uva, abóbora, alface e cebolinha, jiló, carambola, feijão, berinjela e fruta do conde.

Após o processo de triagem e fiscalização da qualidade dos produtos, realizado no barracão da AOPRAP, a produção agrícola camponesa é transportada para instituições e centros comunitários. Como a entrega é responsabilidade da prefeitura, as pessoas beneficiadas têm que fazer um cadastro no departamento social do município.

A distribuição da produção agrícola camponesa pode ser observada na Figura 3, sendo: entrega feita pelo caminhão da prefeitura no centro comunitário da igreja católica (A), recebimento dos produtos no centro comunitário do bairro aeroporto (B), entidade carente buscando a produção no barracão da AOPRAP (C), entrega dos produtos, no bairro rural Primeira Aliança (D).

Chama-nos a atenção, também, a qualidade dos produtos dos assentados. Essa qualidade não é obra do acaso, pois, na agricultura camponesa, a produção destinada à venda é a mesma consumida pela família. Essa realidade pode ser observada na fala do Sr. Wilson (Assentado, jan. de 2015): “[...] Eu mando pro PAA a mesma coisa que eu como aqui em casa, eu mando mercadoria boa, [...] a mercadoria estragada eu jogo pro gado, pro porco, porque se paga bom, eu mando bom.”.

A fala da Silvani (Assentada, jan. de 2014), segue o mesmo pensando: “São mercadoria de primeira, é passado por uma fiscalização. [...] a gente sempre orienta, se for mercadoria ruim deixa pra lá, porque o governo paga bem, paga três vezes melhor que o mercado hoje”.

Figura 2 – Barracão e produção da AOPRAP

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2014. Fotos do autor.

Figura 3 – Distribuição dos produtos via PAA

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2014. Fotos do autor.

Diante das análises, cabe ressaltar, também, a importante relevância social do PAA, entendida como política de soberania alimentar, uma vez que foram concebidos como parte do programa de combate à pobreza, no Brasil, o Programa Fome Zero, que veio promover o acesso à alimentação às pessoas em situações de insegurança alimentar e nutricional.

Por outro lado, o PAA também tem incentivado a produção da agricultura dos camponeses do Assentamento Primavera II, possibilitando-lhes a sua reprodução social e uma vida mais digna. A melhoria na vida dos assentados, a partir do PAA, é facilmente percebida nas falas dos assentados:

Foi a vida pra gente. Embora nós somos limitados, porque é R\$6.200,00 bruto, livre da uns 5 mil e pouco. Mas deu vida aqui. Deu vida tranquila. Coisa que seu sempre perdi e não perco mais. Manga por exemplo: dois pés eu colhi 4 caixa. Então é uma coisa, se não tivesse eu ia perde. Caju perdeu. Mas tinha água no poço, eu jogava 30 litros no pé. Rapaz o pé ficou amarelinho de caju, me deu até vontade de fazê uma roça. Carregou, e eu não mandei, ia mandar pra onde? Se tivesse o PAA eu tinha mandado pra lá. (JOSÉ, Assentado, jan. 2015).

Como já mencionado, a cota de R\$ 6.200,00 anual, de cada produtor, é sempre questionada pelos assentados, porém, mesmo com esse limite, o PAA é visto com bons olhos, pois tem contribuído efetivamente com a permanência na terra. Ao mencionar a comercialização ao PAA, os assentados enfatizam que o programa compra todo o tipo de alimento produzido, independentemente da quantidade. Esse processo, além de aumentar a renda, evita as perdas da produção, sobretudo aquela produzida em pequena escala, como é o caso da manga e do caju, geralmente pertencente ao pomar. A fala, a seguir, aponta a importância do PAA, e também menciona o limite imposto pela CONAB.

É um bom programa do governo, bom mesmo. [...] Eles mandam R\$6.200,00 pra gente vender por ano. Bom mesmo se fosse uns 20, 30 mil pra cada assentado. Aí tem como a gente trabalhar, aí não carecia mandar pra CEASA/SP, por que é defasado o preço da mercadoria lá, já o PAA o preço do projeto é fixo, então você sabe quanto vai ganha. Em São Paulo não. São Paulo você manda uma mercadoria hoje, tá na escuridão, não sabe quantos que vai ganhar lá. Se fosse o projeto do governo, esse projeto ai é muito bom. (WILSON, Assentado, jan. de 2015).

Compreendemos que o PAA, programa do Governo Federal, permite aos camponeses do Assentamento Primavera II, extrair uma maior parte da renda contida em seus produtos. Dessa forma, eles escapam, mesmo que parcialmente, da monopolização do território pelo capital, que tem se apropriado do máximo da renda da terra; prática constante da usurpação, pelo capital, da renda gerada no território camponês, pelo domínio na circulação do produto. Nesse sentido, a fala, a seguir, ilustra com propriedade essa questão:

O negócio que tá vindo ai, pode melhorar mais. Planta umas manguinhas, uns limão [...] Uma caixa de feijão tá saindo R\$60,00 no PAA, o atravessador paga uns R\$35,00, tem vez que oferece R\$20,00. As vezes leva e carga e depois fala que vai trazer o dinheiro, vem trazer o dinheiro depois, da um balão. Tem vez que sai até R\$5,00 a caixa. Esse negócio ai foi a melhor coisa, o PAA. (JORGE, Assentado, jan. de 2015).

Ao comparar os preços pagos pelos atravessadores e pelo PAA, fica nítido o quanto o capital comercial tem se apropriado da renda que deveria ficar com o camponês. Observamos, também, ao analisar a fala, uma percepção da melhoria da vida no campo com a venda ao PAA: “*O negócio que tá vindo ai, pode melhorar mais*”. O preço dos produtos comercializados ao PAA é determinado pela CONAB a partir dos preços dos CEASAs; por isso, os preços dos produtos estão acima do valor pago

pelos agentes do capital comercial, no caso, os atravessadores. A fala do Sr. A. também evidencia essa percepção, em relação à diferença do preço, entre os atravessadores e o PAA.

O preço é bem melhor né. Igual a banana mesmo, já dá um precinho bom, acho que R\$2,25 o quilo CONAB [...] Banana mesmo é uma faixa de R\$20,00 pro atravessador, pro cê vê a diferença que dá. Uma caixa da seus 20 quilos, 22 quilos né, CONAB vai dar 40 e pouco uma caixa. Pro atravessador metade do preço né. [...] O atravessador enfia no mercado, igual no PINA, outros CEASA de Araçatuba-SP, São Paulo. (ANTÔNIO, Assentado, fev. de 2014).

Notamos, também, uma segurança quando a venda é ao PAA, isso porque os assentados vendem já sabendo o valor da sua produção. Porém, quando a venda é para os atravessadores, além dos preços inferiores, muitos assentados não sabem quanto os atravessadores irão pagar. Ainda sobre a comparação das formas de comercialização, a fala do Sr. Wilson (Assentado, jan. de 2015) é elucidativa: “Pro PAA é bem melhor, os feirante e atravessador ganham mais da metade sua, ele só vem aqui pegar, só vem buscar”. Por isso, entendemos que o PAA tem contribuído para a territorialização camponesa, proporcionando, ao trabalhador do campo, apropriar-se cada vez mais da renda contida em seu produto, fruto do seu próprio trabalho.

O surgimento de programas dessa natureza é resultado de vários debates e reivindicações populares, exigindo do Estado medidas para a erradicação da fome, e incentivando o aumento da renda nas pequenas propriedades camponesas, como é o caso do Assentamento Primavera II. Portanto, o Mercado Institucional de Alimentos, por meio do PAA, revela a presença do Estado na comercialização, criando uma cota de mercado para a os assentados, amenizando, dessa forma, o problema da comercialização da produção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de luta dos camponeses assentados, para permanecer na terra, são desenvolvidas práticas de resistência que possibilitam a reprodução social do seu modo de vida. Dentre essas práticas destacamos a busca de canais de venda direta da produção, visto que a venda dos excedentes se faz necessária, pois possibilita ao camponês comprar aquilo que ele não produz em seu sítio. Contraditoriamente, nesse processo de venda do excedente a renda da terra contida nos produtos é subjugada pelo capital comercial. Ou seja, por meio da monopolização do território, o capital extrai a renda da terra contida no produto camponês. Contudo, para não sujeitar a renda da terra ao capital, os camponeses encontraram no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) uma alternativa que se materializa em resistência.

Entendemos, por meio das falas, que o PAA permite ao camponês assentado apropriar-se da renda contida em seus produtos, escapando, mesmo que parcialmente, do controle dos atravessadores. Entretanto, compreendemos que a cota (limite) ainda possibilita ao capital comercial sujeitar a renda da terra.

Destacamos, ainda, a importância do PAA para além dos assentados, já que tem contribuído, além da reprodução do campesinato por meio da venda da produção, no combate à fome e à miséria, no município de Mirandópolis (SP), atendendo muitas famílias carentes.

Portanto, compreendemos que no processo de territorialização e reprodução do campesinato, o PAA tem contribuído de forma efetiva na reprodução da campesinato, possibilitando aos camponeses assentados apropriarem-se de uma parcela maior da renda, contida na produção, fruto do seu trabalho, livrando-se, assim, parcialmente da monopolização do território pelo capital, em especial o capital comercial.

NOTAS

¹Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>>. Acesso em: novembro de 2016.

² As Secretarias são: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário, Secretaria da Agricultura Familiar, Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

³Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8865.htm#art6>. Acesso em: novembro de 2016.

⁴ Segundo consta no cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Assentamento Primavera II está registrado como pertencente ao município de Mirandópolis, mesmo tendo parte dele, situado geograficamente, no município vizinho, Lavínia.

⁵ Como forma de respeitar a solicitação dos assentados entrevistados, decidimos identifica-los apenas pelo primeiro nome.

⁶ Nas falas, muitas vezes, em vez de PAA, os assentados usam o termo CONAB como sinônimo.

⁷ Além do Assentamento Primavera, o município de Mirandópolis conta com outros assentamentos, sendo eles: P.A Esmeralda, P.A. Florestan Fernandes I e P.A. Florestan Fernandes II.

⁸ O Mercado Institucional foi criado pelo governo federal nos anos 2000, cujo objetivo é viabilizar a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar. As principais políticas desse mercado são o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). (HESPANHOL, 2014).

⁹ “O PAA foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero. Esta Lei foi alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 e regulamentada por diversos decretos, o que está em vigência é o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. Pelo seu papel estratégico no combate à pobreza, o PAA é uma das ações que compõem o Plano Brasil Sem Miséria – BSM, em seu eixo Inclusão Produtiva Rural” (MDS, 2015). Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar>>. Acesso em 02 de maio de 2016.

¹⁰ Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>>. Acesso em 02 de maio de 2015.

¹¹ Além da Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea, o PAA conta com outros tipos de modalidades, sendo elas: Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR Estoque; Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF; Incentivo à Produção e Incentivo de Leite – PAA Leite; e, Compra Institucional.

¹² O município de Mirandópolis possui 468 assentados, divididos em quatro assentamentos: P.A Esmeralda (85 famílias), P.A. Florestan Fernandes I (68 famílias) e P.A. Florestan Fernandes II (210 famílias) e P.A. Primavera II (105 famílias).

¹³ A cota anual do PAA pode variar, de acordo com a modalidade. No caso dos assentados analisados a cota foi de R\$6.200,00 no ano de 2014, para a modalidade *Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea*.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, H. M. A superação da subalternidade camponesa ao capital. In: **Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)**. Curitiba, dezembro de 2014. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/supera-da-subalternidade-camponesa-ao-capital>>. Acesso em: 22 de nov. 2016.

HESPANHOL, R. Ap. de M. O papel das associações de produtores rurais e dos Mercados Institucionais de Alimentos na reprodução social dos agricultores familiares. In: XXII ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA (ENGA): Agentes, processos, conflitos e conteúdo do espaço agrário brasileiro. **Anais...** Natal, novembro de 2014.

LOPES, D. E. **A questão agrária e as formas de resistência camponesa nos municípios de Andradina/SP e Castilho/SP**. Dissertação Mestrado em Geografia/CPTL/UFMS, 2012.

LUXEMBURG, R. **A acumulação do capital**: Estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. 2ª Edição.

MARTINS, J. de S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (org.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela - Paz e Terra, 2004.

_____. Agricultura e Indústria no Brasil. In: **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v. 5, n.10, p. 5-64, ago. 2010.

_____. A mundialização da agricultura brasileira. **XII Colóquio Internacional de Geocrítica**. Bogotá, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiase. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

PORTELLI, A. **O Que Faz a História Oral Diferente**. Tradução: Maira T. J. Ribeiro. 1997.

SHANIN, T. Lições Camponesas. In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. P (Org). **Campesinato e territórios em disputa**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

ENTREVISTAS

ANTÔNIO. Núcleo 2, Assentamento Primavera II. Entrevista realizada em fevereiro de 2014.

APARECIDO. Núcleo 1, Assentamento Primavera II. Entrevista realizada em janeiro de 2014.

CÍCERO. Núcleo 2, Assentamento Primavera II. Entrevista realizada em fevereiro de 2014.

FLORDENICE. Núcleo 1, Assentamento Primavera II. Entrevista realizada em fevereiro de 2014.

JORGE. Núcleo 1, Assentamento Primavera II. Entrevista realizada em janeiro de 2014.

JOSÉ AP. Núcleo 1, Assentamento Primavera II. Entrevista realizada em janeiro de 2014.

JOSÉ M. Núcleo 1, Assentamento Primavera II. Entrevista realizada em fevereiro de 2014.

JOSÉ. Núcleo 1, Assentamento Primavera II. Entrevista realizada em janeiro de 2014 e janeiro de 2015.

NICE. Núcleo 2, Assentamento Primavera II. Entrevista realizada em fevereiro de 2014.

SILVANI. Núcleo 1, Assentamento Primavera II. Entrevista realizada em janeiro de 2014 e janeiro de 2015.

WILSON. Núcleo 1, Assentamento Primavera II. Entrevista realizada em janeiro de 2014 e janeiro de 2015.

Data de submissão: 31.01.2017

Data de aceite: 07.08.2018

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.